

Resenha de: OSTRY, Jonathan; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. Neoliberalism oversold? **Finance & Development**, Junho 2016.

Bernardo Pádua Jardim de Miranda¹

O mercado de capitais do Chile, um dos primeiros países que adotaram políticas neoliberais, ilustra o interessante artigo que as critica surpreendentemente escrito por economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e publicado em sua revista – Finance & Development – em junho de 2016.

Os autores do artigo – Jonathan Ostry, Prakash Loungani e Davide Furceri – avaliaram o resultado de políticas neoliberais para o crescimento econômico implementadas em diversos países e chegaram a conclusões que desafiam as recomendações de política econômica de boa parte das agências multilaterais, inclusive do próprio FMI.

A chamada agenda neoliberal tinha como objetivo fomentar o crescimento econômico. Para isso, compreendia, basicamente, a desregulação e abertura de mercados, tanto comerciais, quanto financeiros, a competição externa e a redução do tamanho do Estado. Diante do alto nível de endividamento de diversos países e do contexto de crise econômica, a adoção da agenda neoliberal foi uma tendência forte e generalizada desde os anos 1980.

Para os autores, a implementação de políticas coerentes com essa agenda gerou resultados positivos como a redução da pobreza; a transferência tecnológica e as privatizações que garantiram melhores serviços e a redução dos gastos públicos e os seus déficits. No entanto, ressaltam que outros resultados esperados, sobretudo em termos de crescimento econômico e bem-estar não foram entregues.

Essa afirmação está baseada na análise de duas políticas específicas: a liberalização da conta de capitais do balanço de pagamentos e o equilíbrio fiscal (ou austeridade) fiscal. Seu resultado levou a três “inquietantes conclusões”: primeira, é difícil definir os benefícios dessas políticas em termos de crescimento econômico; segunda, os custos relativos ao aumento da desigualdade são elevados e claros; terceiro, o aumento da desigualdade afeta negativamente o nível e a sustentabilidade do crescimento econômico.

¹ Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (Unifal-MG). Doutor em Economia pelo Cedeplar (UFMG).
Email: bernardo.miranda@unifal-mg.edu.br
Recebido em maio de 2017 e aceito em junho de 2017.

Diante disso, os autores chamam a atenção para algo já constatado por economistas de diversos países e particularmente bem demonstrado por Thomas Piketty em seu livro de 2014: a agenda neoliberal gera efeitos distributivos perversos e prejudica o crescimento econômico de longo prazo.

Quanto à liberalização da conta de capital, os autores concordam com a análise dúbia de Maurice Obstfeld. Se, por um lado, a teoria econômica não deixa dúvida quanto aos benefícios da liberalização, por outro, aumenta significativamente a volatilidade do capital e o risco de crises tipicamente financeiras com impactos sobre o lado real da economia, uma dualidade inescapável no mundo real.

Entretanto, o benefício e o risco estão ligados ao tipo de fluxo de capital e às instituições e políticas que lhes dão suporte. Há diferença entre investimento estrangeiro direto e investimento de portfólio. O primeiro traria os benefícios, o segundo só aumentaria o risco de instabilidade financeira.

Medir o impacto positivo da liberalização para o crescimento é difícil, o seu custo em termos de aumento da volatilidade econômica e da frequência de crises é evidente. Os autores contam 150 momentos de crise relacionados ao fluxo de capitais em mais de 50 países emergentes desde os anos 1980. E concordam com o economista e professor de Harvard Dani Rodrik que considera os fluxos internacionais de capital como protagonistas dessas crises.

Além de elevar a fragilidade dos países, a liberalização aumentaria a desigualdade e seu efeito sobre ela seria ainda maior diante das crises. Afinal, para que servem os fluxos internacionais de capital de curto prazo?, pergunta Stanley Fischer. Com resultados tão negativos, os autores afirmam a necessidade de controle desses capitais para evitar crises financeiras e a apresentam como um consenso entre os economistas.

Embora a teoria econômica não forneça um “guia seguro” quanto ao nível ótimo do déficit público – há a defesa teórica de níveis altos e baixos – a agenda neoliberal buscou a redução do tamanho do Estado por meio da privatização e do equilíbrio fiscal.

O FMI costumava recomendar a redução dos déficits fiscais, mas se preocupava com o ritmo dessa redução: muito rápida poderia comprometer a recuperação; muito lenta poderia deixar o mercado “nervoso”. A defesa da redução do déficit estaria vinculada à ideia que seria recomendável pagar dívidas em tempos de tranquilidade na economia e também, de modo mais forte, à noção de que a dívida pública afeta negativamente o crescimento econômico, uma vez que compromete o acesso aos mercados de crédito e desloca a poupança das famílias para o financiamento do déficit público e não para o financiamento do investimento produtivo.

O problema é que não há evidência de que a redução da dívida necessariamente evitará crises fiscais no futuro e elevará a taxa de crescimento econômico. Os autores mostram que uma redução da taxa dívida/PIB de 120 por cento para 100 por cento durante alguns anos significa pouco em termos de redução do risco de crise. Além disso, o custo da redução pode ser alto, muito mais alto do que o custo de carregar uma dívida elevada, pois a política de austeridade afeta negativa e simultaneamente oferta e demanda, piorando a situação do desemprego e, conseqüentemente, o crescimento econômico.

A ideia de que a contração fiscal poderia ser expansionista, ventilada por Alberto Alesina e Jean-Claude Trichet, por exemplo, não se sustentaria nos fatos, pois a contração fiscal de 1% do PIB aumentaria a taxa de desemprego de longo prazo em 0,6% e em 1,5% o índice de desigualdade.

Em suma, na liberalização da conta de capital, o risco de crise aumenta com a volatilidade dos fluxos de capital de longo prazo e seus efeitos negativos podem ultrapassar os benefícios da entrada de investimentos diretos.

No equilíbrio fiscal, os custos de curto prazo em termos de queda na produção e aumento do desemprego têm sido subestimados e a saída por meio da redução da dívida sem comprometer o crescimento econômico, subapreciada.

A combinação de liberalização financeira e austeridade fiscal tem gerado um efeito adverso sobre a desigualdade de renda e, conseqüentemente, tem contribuído para inibir o crescimento econômico, o que a agenda neoliberal tentava estimular. Para os autores, há fortes evidências de que a desigualdade pode reduzir significativamente o nível e a sustentabilidade do crescimento.

Os dados indicam que os formuladores de política econômica deveriam reconsiderar as políticas de liberalização e austeridade e estar mais abertos a políticas de redistribuição de renda. O receio de que elas poderiam prejudicar o crescimento são infundadas.

As conclusões sugerem que a agenda neoliberal deve ser relativizada e, segundo os autores, é o que o FMI tem feito atualmente ao dar mais espaço para uma redução orgânica das dívidas públicas, como indicariam os posicionamentos de seu economista chefe, Olivier Blanchard, em 2010, e da diretora-gerente Christine Lagarde, em 2013. Eles defendem essa visão relativizada da agenda neoliberal na linha de Joseph Stiglitz. E terminam o artigo afirmando que formuladores de política econômica e instituições como o FMI não devem ser guiadas pela fé, mas pela evidência do que realmente funciona.

Como afirmam os autores, a adoção da agenda neoliberal tem efeitos ambíguos sobre o crescimento econômico e a melhoria do bem-estar da população. Por um lado, as medidas liberais melhoraram o acesso a bens e serviços e a novas tecnologias. Por outro, aumentaram a fragilidade dos países, principalmente daqueles em desenvolvimento, e a ocorrência de crises tipicamente financeiras, bem como acentuaram as desigualdades regionais e entre as nações.

Para minimizar esses efeitos negativos torna-se necessário ampliar o debate sobre um maior controle do fluxo internacional de capitais, principalmente, daqueles com destino a aplicações financeiras de curto prazo; uma maior flexibilidade da política fiscal e a implementação de políticas de desenvolvimento em nível regional e nacional.